



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

48ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS - (7º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE)

Memorando nº 10007/2025 - 48ªPJESPSLS-7IJ

São Luís (MA), 17 de setembro de 2025

Ref.: SIMP n.º 000229-504/2025

À SUA EXCELENCIA O SENHOR
EDNARG FERNANDES MARQUES
PROMOTOR DE JUSTIÇA - DIRETOR DA SECINST
SECRETARIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS DA PGJMA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
NESTA

ASSUNTO: SOLICITA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Senhor Promotor de Justiça,

Em conformidade com o art. 4º, §2º, da Resolução nº 082/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público, servimo-nos do presente expediente para encaminhar a Vossa Excelência o extrato da ata da audiência pública realizada em **27 de junho de 2025**, no Auditório do Centro Cultural e Administrativo do MPMA, em São Luís/MA, que teve como objetivo verificar o *status* de cumprimento dos itens 8, 9, 13, 15.3, 15.4 e 15.6 do Acordo de Solução Amistosa (ASA) firmado no âmbito do "Caso dos Meninos Emascarados", de modo a ser viabilizada sua publicação no sítio eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Desde logo, solicitamos escusas pela demora na remessa, o que decorreu do acúmulo de trabalho e de afastamentos regulares dos Promotores de Justiça que presidem o Procedimento Administrativo nº 000229-504/2025.

Atenciosamente,

Márcio Thadeu Silva Marques

Promotor de Justiça

Titular da 42ª Promotoria de Justiça Especializada

Lana Cristina Barros Pessoa

Promotora de Justiça

Titular da 47ª Promotoria de Justiça Especializada

Carla Mendes Pereira Alencar

Promotora de Justiça

Titular da 48ª Promotoria de Justiça Especializada

Selma Regina Souza Martins

Promotora de Justiça

Titular da 24ª Promotoria de Justiça Especializada



Documento assinado eletronicamente por **CARLA MENDES PEREIRA ALENCAR, Promotora de Justiça**, em 17/09/2025, às 11:08, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.



Documento assinado eletronicamente por **LANA CRISTINA BARROS PESSOA, Promotora de Justiça**, em 17/09/2025, às 14:30, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO THADEU SILVA MARQUES, Promotor de Justiça**, em 17/09/2025, às 18:35, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.



Documento assinado eletronicamente por **SELMA REGINA SOUZA MARTINS, Promotor de Justiça**, em 19/09/2025, às 12:16, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida neste [link](#) informando o código verificador **0097414** e o código CRC **2350D505**.

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025.

Rua Coelho Neto, 01 Centro - Praça Maria Aragão - Beira Mar - Bairro Centro - CEP 65.020-140 - São Luís - MA

Contato: - e-mail: pjjj_7saoluis@mpma.mp.br

Processo SEI/MPMA nº: 19.13.0300.0011750/2025-92

Versão: 0097414v2



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **05 de Maio de 2025 às 11:44 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: EDT-48PJESPSLS-7IJ-12025, Código de validação: 5F838E7FDA.**



48ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - (7º Promotor de Justiça da Infância e Juventude)

EDT-48PJESPSLS-7IJ - 12025

Código de validação: 5F838E7FDA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Os Promotores de Justiça **MARCIO THADEU SILVA MARQUES**, Titular da 42ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís – 1.º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, **ARNOLDO JORGE DE CASTRO FERREIRA**, Titular da 46ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís – 5.º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, **LANA CRISTINA BARROS PESSOA**, Titular da 47ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís – 6.º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, **CARLA MENDES PEREIRA ALENCAR**, Titular da 48ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís – 7.º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, e **SELMA REGINA SOUZA MARTINS**, Titular da 24.ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís – 3.º Promotor de Justiça de Defesa da Mulher, signatários do presente edital, no uso de suas atribuições legais e institucionais, com fundamento no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e na Resolução nº 82/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público, para instruir o Procedimento Administrativo - SIMP nº 000229-504/2025, que tem por objeto acompanhar o cumprimento dos itens 8, 9, 13, 15.3, 15.4 e 15.6 do Acordo de Solução Amistosa do caso dos Meninos Emascarados, tornam público que será realizada **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para oitiva da comunidade quanto à plena operacionalização do Instituto de Perícias para Crianças e Adolescentes, ao funcionamento do plantão da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), à reativação do Complexo de Proteção à Criança e ao Adolescente, nos termos do art. 12 do Decreto nº 20.531, de 21/05/2004, e às providências adotadas no tocante aos familiares das vítimas do referido caso.

DOS PARTICIPANTES

Art. 1.º A audiência pública será aberta a toda sociedade e será presidida pelo Promotor de Justiça Márcio Thadeu Silva Marques, Titular da 42ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís – 1.º Promotor de Justiça da Infância e da Juventude.

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Rua Coelho Neto, 01 Centro - Praça Maria Aragão - Beira Mar - Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-140 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606 / 1611 e-mail: pjij_7saoluis@mpma.mp.br



48ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - (7º Promotor de Justiça da Infância e Juventude)

DOS OBJETIVOS

Art. 2.º A audiência pública tem como objetivo a oitiva da comunidade quanto à plena operacionalização do Instituto de Perícias para Crianças e Adolescentes, ao funcionamento do plantão da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), à reativação do Complexo de Proteção à Criança e ao Adolescente, nos termos do art. 12 do Decreto nº 20.531, de 21/05/2004, e às providências adotadas no tocante aos familiares das vítimas do referido caso.

DA PARTICIPAÇÃO DAS AUTORIDADES E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 3.º A mesa da audiência pública será presidida e ocupada pelo Promotor de Justiça mencionado no art. 1º, bem como outras autoridades a serem escolhidas no momento do evento.

§1.º Aberta a audiência pública, o Promotor de Justiça fará breve exposição sobre o assunto com duração de até 10 (dez) minutos.

§2.º. Na sequência, será realizada exposição sobre o Acordo de Solução Amistosa, com a Profa. Valdira Barros, bem como exposição de familiares das vítimas do caso dos Meninos Emascarados e de representantes dos Conselhos Tutelares. Concluídas as exposições, será franqueada a palavra aos representantes do Poder Público, associações civis e movimentos sociais convidados, observado o limite de 10 minutos para cada intervenção.

§3.º Após as participações previstas no parágrafo anterior, será assegurada a manifestação oral aos cidadãos presentes que se inscreverem nos termos do presente edital.

Art. 4.º A participação da plenária observará os seguintes procedimentos:

- I. É assegurado ao participante o direito de manifestação oral, após o pronunciamento dos componentes da mesa, conforme disposições deste Edital;
- II. As manifestações orais serão precedidas de inscrição perante o cerimonial e/ou equipe de apoio das Promotorias de Justiça na data do evento e seguirá na ordem respectiva;
- III. No início de sua fala o manifestante deve se identificar minimamente, com nome completo e a instituição que eventualmente integre, não excedendo a manifestação o tempo de 5 (cinco) minutos;
- IV. O tempo para a participação plenária será definido em função do número de inscritos, dando-se prioridade aos primeiros inscritos, visando ser observada a previsão da hora do término da audiência, que será às 17 (dezesete) horas;
- V. Reinscrições só serão admitidas caso não tenham novos inscritos e dentro do limite de tempo mencionado no inciso anterior.



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **05 de Maio de 2025 às 11:44 h** e conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** EDT-48ªPJESPSLS-7U-12025, **Código de Validação:** 5F838E7FDA.



48ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - (7º Promotor de Justiça da Infância e Juventude)

Art. 5.º Decorrido o tempo de manifestação da plenária, nos moldes previstos no art. 4º, será garantida a palavra ao presidente do evento, por até 10 (dez) minutos, em cuja oportunidade serão feitas suas considerações finais.

Parágrafo único. O presidente da mesa poderá reduzir ou estender o tempo estipulado para participante de acordo com as necessidades que surgirem.

DO HORÁRIO E LOCAL

Art. 6.º A audiência pública será realizada no dia **27 de junho de 2025, às 14 (catorze) horas**, de modo presencial, no auditório do Centro Cultural e Administrativo do MPMA, situado na Rua Oswaldo Cruz, 1396, Centro, nesta cidade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7.º A minuta deste edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.mpma.mp.br.

Art. 8.º A expedição dos convites para a audiência pública será de responsabilidade do Setor Administrativo da Promotoria de Justiça, devendo ser solicitada a confecção de banner digital com as informações necessárias, contendo resumo das regras.

Art. 9.º Da audiência pública será lavrada ata circunstanciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua realização, a qual será encaminhada, juntamente com seu extrato, ao Procurador Geral de Justiça em igual prazo, em conformidade com o art. 4.º da Resolução n.º 82/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 10. Situações não previstas neste edital serão resolvidas pelo Presidente da Mesa.

São Luís/MA, data do sistema,

assinado eletronicamente em 28/04/2025 às 21:54 h (*)

CARLA MENDES PEREIRA ALENCAR
PROMOTORA DE JUSTIÇA

assinado eletronicamente em 29/04/2025 às 12:56 h (*)

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025

Rua Coelho Neto, 01 Centro - Praça Maria Aragão - Beira Mar - Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-140 Telefone: (98) 3219-1629 / 1628 / 1606 / 1611 e-mail: pjij_7saoluis@mpma.mp.br



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **05 de Maio de 2025 às 11:44 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** EDT-48PJESPSLS-7U-12025, **Código de Validação:** 5F838E7FDA.



48ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - (7º Promotor de Justiça da Infância e Juventude)

ARNOLDO JORGE DE CASTRO FERREIRA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

assinado eletronicamente em 05/05/2025 às 11:44 h ()*

LANA CRISTINA BARROS PESSOA
PROMOTORA DE JUSTIÇA

assinado eletronicamente em 28/04/2025 às 13:06 h ()*

MARCIO THADEU SILVA MARQUES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

assinado eletronicamente em 28/04/2025 às 15:24 h ()*

SELMA REGINA SOUZA MARTINS
PROMOTORA DE JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

48ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS - (7º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE)

Extrato nº 10001/2025 - 48ªPJESPSLS-7IJ

EXTRATO DA ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 10001/2025-48 PJESPSLS-7IJ

Ref.: SIMP Nº: 000229-504/2025

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (MPMA)**, em conformidade com o Art. 4º, § 2º, da Resolução CNMP nº 82/2012, torna público o extrato da Audiência Pública realizada em **27 de junho de 2025**, no Auditório do Centro Cultural e Administrativo do MPMA, em São Luís/MA.

1. OBJETIVO DA AUDIÊNCIA

A audiência, convocada pelas 24ª, 42ª, 46ª, 47ª e 48ª Promotorias de Justiça Especializadas, teve como objetivo verificar o *status* de cumprimento dos itens 8, 9, 13, 15.3, 15.4 e 15.6 do Acordo de Solução Amistosa (ASA) firmado no âmbito do "Caso dos Meninos Emascarados". A sessão foi conduzida pelas Promotorias de Justiça da Infância e Juventude e contou com ampla participação da sociedade civil, de mães das vítimas e de representantes do poder público.

2. DELIBERAÇÕES E CONSTATAÇÕES

Após apresentação de relatório pelo Promotor de Justiça Dr. Márcio Thadeu Silva Marques, constatou-se o **descumprimento parcial ou integral** dos itens analisados, destacando-se:

- **Item 8 (Habitação):** Apenas um título de propriedade foi entregue, não havendo comprovação da regularização para todas as famílias.
- **Item 9 (Programas Sociais):** Falta de comprovação da inclusão efetiva das famílias em programas de renda pela SEDES.
- **Item 13 (Sistema de Enfrentamento):** Identificadas deficiências na atuação do Sistema Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual.
- **Item 15.3 (Atendimento Especial):** Ausência de procedimentos de atendimento atualizados conforme a Lei nº 13.431/2017.
- **Item 15.4 (Encaminhamento à DPCA):** A Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente opera sem regime de plantão ou centralização de casos.
- **Item 15.6 (Centro de Perícias - IPCA):** O funcionamento está comprometido pela falta de pessoal efetivo, com um tempo médio de espera de 120 dias e 277 casos pendentes.

Foram registradas as ausências de representantes da Secretaria de Segurança Pública (SSP), da Secretaria de Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e da Secretaria de Administração (SEMAD).

3. ENCAMINHAMENTOS

Conforme previsto no Art. 4º da Resolução CNMP nº 82/2012, foram definidos os seguintes encaminhamentos:

1. O MPMA solicitará, em 10 dias, resposta das secretarias ausentes (SSP, SECID, SEDES, SEPLAN) sobre o relatório apresentado.
2. Será solicitada a revisão da decisão do IPCA que impede o envio dos agendamentos de perícias diretamente às vítimas, considerando a lentidão do atendimento.
3. A Promotora de Justiça Lana Pessoa apurará denúncias de recusa da DPCA em registrar Boletins de Ocorrência, a interrupção de atendimentos e um alegado excesso em procedimento pericial no IPCA.
4. O relatório final da audiência será publicado em até 30 dias. Posteriormente, o MPMA emitirá recomendações formais a serem cumpridas pelo Poder Público até outubro de 2025.

A ata integral, com a lista de presença e o registro das manifestações, encontra-se juntada aos autos do procedimento administrativo correspondente.

São Luís (MA), data do sistema.

Márcio Thadeu Silva Marques

Promotor de Justiça

Titular da 42ª Promotoria de Justiça Especializada

Lana Cristina Barros Pessoa

Promotora de Justiça

Titular da 47ª Promotoria de Justiça Especializada

Carla Mendes Pereira Alencar

Promotora de Justiça

Titular da 48ª Promotoria de Justiça Especializada

Selma Regina Souza Martins

Promotora de Justiça

Titular da 24ª Promotoria de Justiça Especializada



Documento assinado eletronicamente por **LANA CRISTINA BARROS PESSOA, Promotora de Justiça**, em 17/09/2025, às 14:28, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO THADEU SILVA MARQUES, Promotor de Justiça**, em 17/09/2025, às 18:34, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.



Documento assinado eletronicamente por **SELMA REGINA SOUZA MARTINS, Promotor de Justiça**, em 19/09/2025, às 12:15, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.



Documento assinado eletronicamente por **CARLA MENDES PEREIRA ALENCAR, Promotora de Justiça**, em 22/09/2025, às 11:33, conforme art. 21, do Ato Regulamentar nº 19/2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida neste [link](#) informando o código verificador **0097318** e o código CRC **F5DF7619**.

MPMA: Sustentabilidade e Justiça Climática para todos em 2025.

Rua Coelho Neto, 01 Centro - Praça Maria Aragão - Beira Mar - Bairro Centro - CEP 65.020-140 - São Luís - MA

Contato: - e-mail: pjij_7saoluis@mpma.mp.br